



**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR JOSÉ DOS ANJOS DA 2ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

PROCESSO: 202000827729

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEVALDO DA SILVA SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar suas

**CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a d. Sentença, interpôs o presente visando a reformada da decisão, sob alegação de que o Acórdão foi omissivo quanto ao pedido nº 12 do recurso de apelação.

Não assiste razão ao embargante, vejamos trecho do v. Acórdão:

“Volvendo os ensinamentos para o caso dos autos, verifico que o sinistro ocorreu em 12/12/2014, contudo, em se tratando de invalidez permanente, o prazo prescricional **somente tem início a partir da ciência inequívoca da invalidez, o que apenas ocorre com a ciência do laudo médico que atesta a incapacidade permanente.**”

E isso se justifica porque para o homem médio, que não possui conhecimento acerca das especialidades médicas, mostra-se muito difícil apurar a natureza das lesões decorrentes do acidente, salvo, casos como, por exemplo, o da amputação de um dos membros, o que não é o caso.

Na hipótese dos autos, verifico que o laudo médico datado de 03/03/2016 atestou a existência de perda funcional de membro inferior esquerdo. Assim, considerando que a ação somente foi proposta em 12/07/2019, de fato, há que ser reconhecida a prescrição.

Vale salientar que os embargos declaratórios são espécie recursal com contornos específicos, assim, não poderá ter outra finalidade que não a de suprir uma omissão, esclarecer uma obscuridade ou eliminar uma contradição.

Diante disso, os embargos declaratórios não podem, jamais, ter a finalidade de modificar o conteúdo da decisão recorrida. A finalidade específica dos declaratórios deve ser, sempre, a de aclarar o julgado, eliminando uma contradição ou suprimindo uma omissão.

Destaca-se que o objetivo, repita-se, deve ser sempre o de aclarar a decisão embargada.

A doutrina processualista é praticamente unânime ao negar admissibilidade a embargos de declaração que visam a modificar o julgado.

Cumpra registrar que os embargos de declaração manejados pela parte autora, é notório o seu descontentamento com a decisão proferida, descontentamento este que deverá ser apreciado em via recursal própria e não por meio de aclaratórios.

Frisa-se que o fato do n. Magistrado não conceder o que se requer não caracteriza omissão, nem tão pouco contradição.

Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que **não lhe impõe o acolhimento**, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARACAJU, 28 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

